

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social

ATOS DO PODER EXECUTIVO**RESOLUÇÃO Nº66/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Concorrência

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Concorrência.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 6 de março de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município

EDSON
ZOREK:02756516902

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.07 10:35:47
-03'00'

CONCORRÊNCIA

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 15.837.861,70 (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/03/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

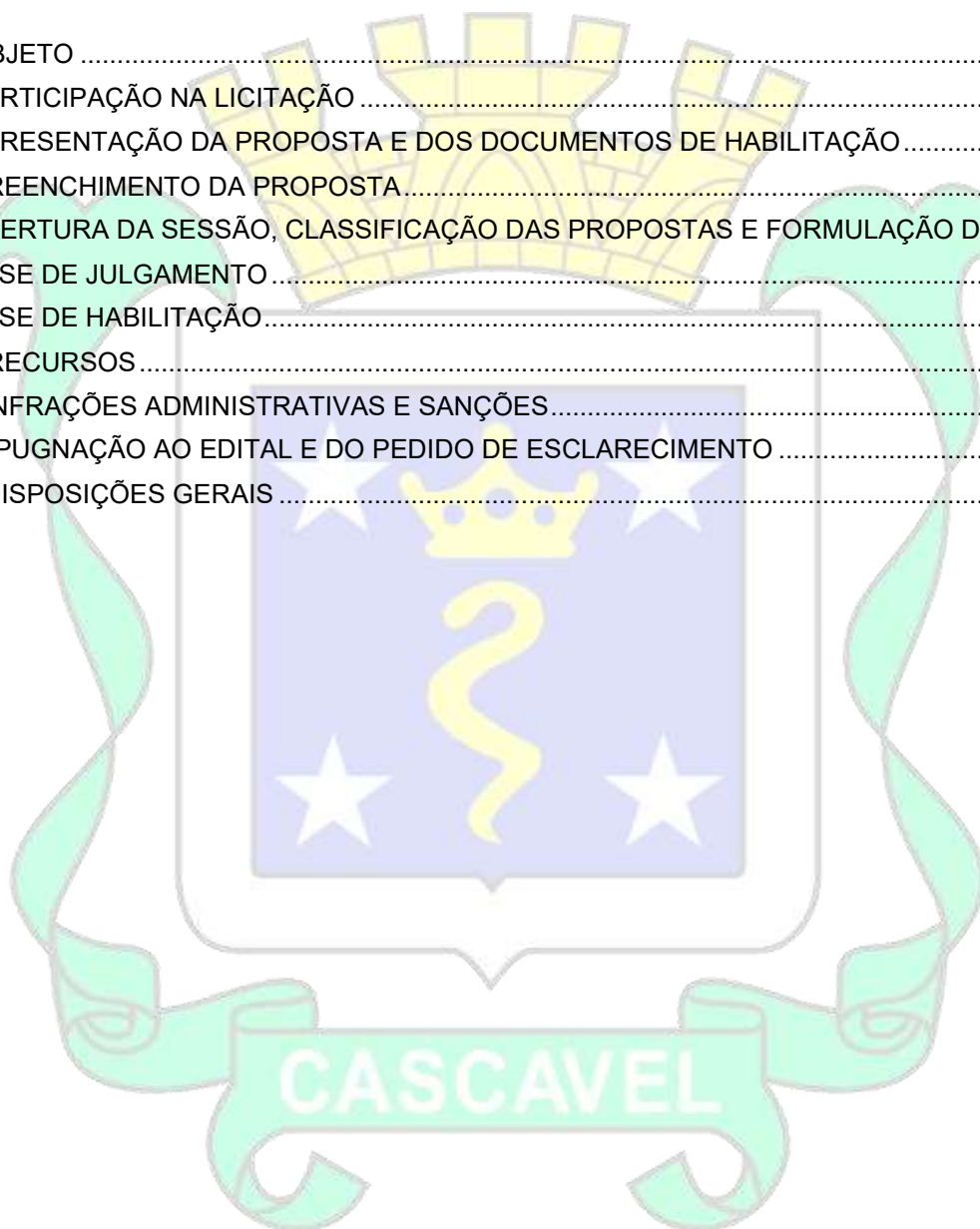
NÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO

SOLANGE NELI GRAFFUNDER, DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO
Nº 19.917/2025

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	12
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8.	DOS RECURSOS	18
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCATEL/PR

CONCORRÊNCIA Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº 6007/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, nº 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

2.5. Observado o disposto nos §§ 1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na regulamentação municipal.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), e Cronograma Físico-Financeiro, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;
- 6.12.2. O Agente de Contratação oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.
- 6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, conforme disposto no item 4.8 do Termo de Referência, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **pelo telefone (45) 3223-6635 com Engenheiro Marcos Augusto Borges**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.13.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Comissão em decisão fundamentada.
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.19. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.
- 7.19.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

12.1.1 Por parte do licitante:

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
 - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.2. Por parte do contratado:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa: de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço eletrônico contido na capa do edital.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – Termo de Referência e documento complementar

11.12.1.1. Apêndice “A” do Anexo I – Qualificação Técnica da Operacional (Empresa);

11.12.1.2. Apêndice “B” do Anexo I – Qualificação Técnica do Profissional;

11.12.1.3. Apêndice “C” do Anexo I – Qualificação Econômico-Financeira

11.12.2. ANEXO II – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

11.12.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

11.12.4. ANEXO IV - Portaria de Fiscalização

11.12.5. ANEXO V – Relação dos Documentos Técnicos

11.12.6. ANEXO VI - Minuta do Termo de Contrato

Cascavel, 09 de fevereiro de 2026

BEATRIZ GENTELINI BERTOGLIO
Secretária Municipal de Meio Ambiente

(Processo Administrativo nº 6007/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada no ramo da construção civil para execução da obra de **ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO VERDE E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE PAULO GORSKI**, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação caracteriza-se como obra de engenharia de natureza especial, em razão de sua complexidade técnica, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 22 (vinte dois meses) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], sob número de Intenção/DED 121/2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Basear-se no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.2. Realizar a triagem, caracterização, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos diferentes resíduos gerados durante a execução da obra, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis, de modo a prevenir a poluição, promover a preservação do meio ambiente e mitigar os impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos.

Subcontratação

4.2. É vedada a subcontratação completa do objeto a ser licitado dos seguintes itens:

4.2.1. Pavimentação em Concreto;

4.2.2. Administração Local;

4.2.3. Estrutura Metálica;

4.2.4. Meio Fio.

4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1. A subcontratação fica limitada a prévia comunicação e autorização da contratante (fiscalização de obras), sendo que a subcontratação é de responsabilidade exclusiva da empresa titular. E só poderão ser subcontratados os seguintes serviços:

4.3.1.1. Sinalização Horizontal e vertical, Instalações Elétricas e Monitoramento, Plantio de grama e árvores e Piso intertravado dos passeios.

4.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

- 4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.8. A realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços é **facultativa**, sendo facultado ao licitante optar pela sua realização ou **substituí-la por declaração formal de pleno conhecimento das condições locais e de execução do objeto**, assumindo integral responsabilidade pela correta elaboração da proposta e pela execução contratual.
- 4.9. Para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00n. às 11:00h. e de das 14h30min. às 16h30min.
- 4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.12. As vistorias deverão ser agendadas com o Eng. Marcos Augusto Borges, no telefone (45) 3223-6635.
- 4.13. As vistorias deverão ser agendadas com no mínimo 24 horas de antecedência da data pretendida para sua realização.

4.14. O período de vistoria será do dia posterior à publicação do edital e dois dias antecedentes à abertura da sessão.

4.15. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da emissão da ordem de serviço. As etapas devem seguir o cronograma físico-financeiro proposto pela empresa, não excedendo o prazo de execução previsto pela administração.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, está disposta no Estudo Técnico Preliminar deste Termo e nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos técnicos elaborados por profissionais legalmente habilitados, os quais integram o processo administrativo e constituem referência obrigatória para a execução contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Rocha Bombo, nº 3000 – Parque Paulo Gosrki – Cascavel, Pr – CEP 85.810-540 (Lago Municipal)

5.3. Os serviços serão prestados conforme deliberação da empresa, de modo a não afetar o funcionamento da Academia, podendo ser, com solicitação antecipada da empresa, suspenso o serviço de forma temporária.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, devendo

comunicar à fiscalização da obra e aguardar autorização para prosseguir com a execução do objeto.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. É de total responsabilidade da empresa licitante comparar os documentos técnicos entre si (projetos, planilha orçamentária e memoriais descritivos), julgando e indagando o que for necessário para a apresentação da proposta, visto que o não conhecimento dos documentos não se apresenta como motivo para a não execução dos serviços a serem realizados.

5.5.2. As quantidades estimadas foram determinadas a partir de levantamento dos projetos e memórias de cálculos, sendo elaborado por profissional habilitado.

5.5.3. Os preços praticados em orçamento baseiam-se em tabelas oficiais de construção civil, estando condizentes com os praticados no mercado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 120 (cento e vinte) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

5.7.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.7.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

5.7.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de obra após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

5.7.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos

serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessário

5.7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.7.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.7.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.7.2.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

5.7.2.6. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.7.2.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.7.2.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.7.2.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

5.7.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.7.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.7.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

5.7.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

5.7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato;

5.7.3.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano*

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de Execução.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A Medição e acompanhamento da execução da obra será realizada através de Planilha de Medição elaborada pela fiscalização da obra. Os serviços medidos deverão estar efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização da Planilha de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A fiscalização deverá ser uma atividade exercida de modo sistemático pelo contratante seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

7.3.2. Contratante deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de Fiscalização.

7.3.3. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

7.3.3.1. O Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

7.3.3.2. A contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

7.3.3.3. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela contratante.

7.3.3.4. A atuação ou eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços;

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023)

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

- 7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 60 (sessenta) dias úteis.

7.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

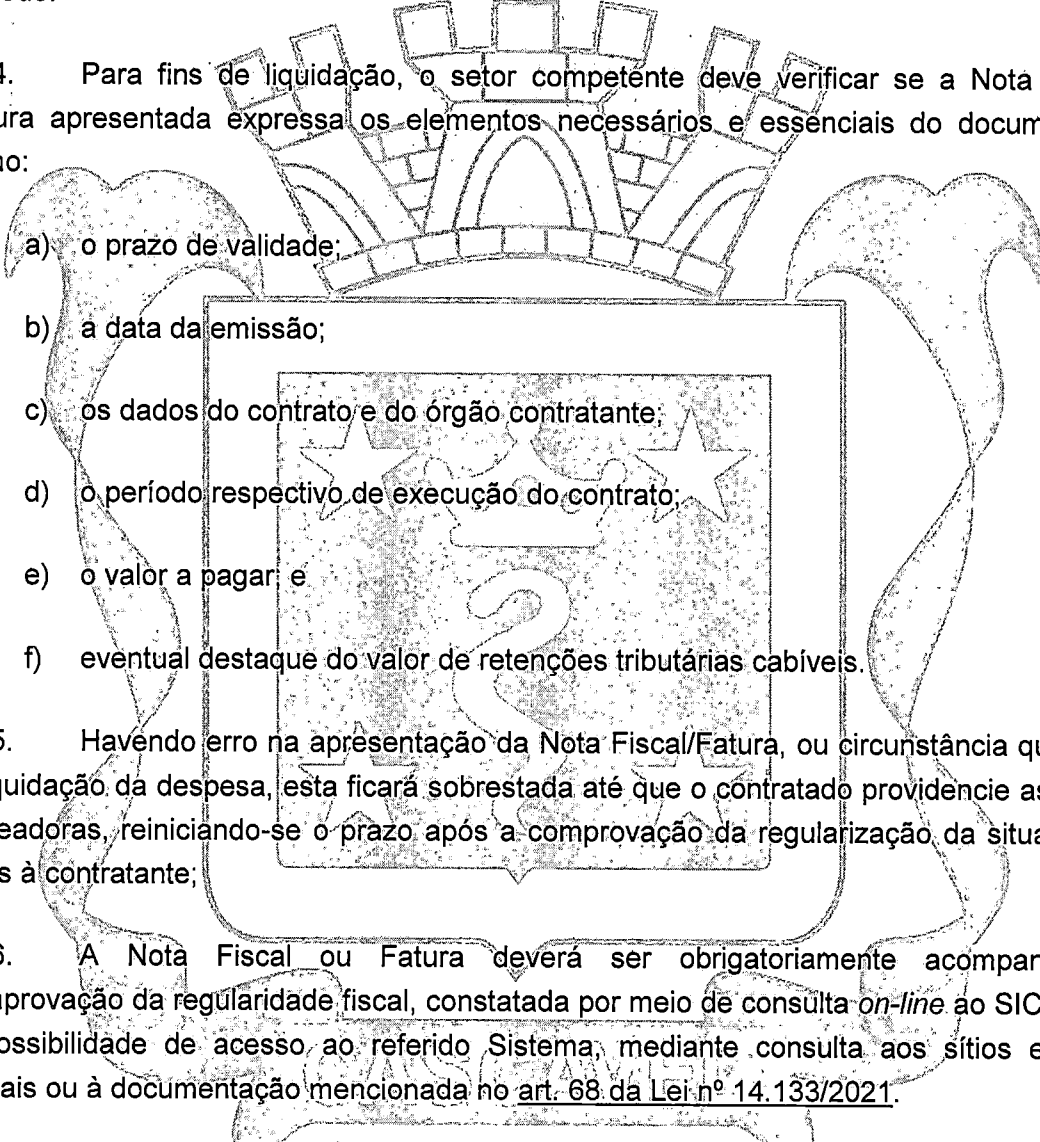
7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.28. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.29. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.34. Na ausência de previsão legal Quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9. Regime de execução ou forma de fornecimento

9.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global conforme valor estimado da licitação

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de

2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.22.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;

9.22.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro

de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.23. Os demais requisitos da qualificação econômico-financeira encontram-se dispostos no Anexo deste Termo de Referência.

Qualificação Técnica

9.24. Declaração de realização de visita técnica, emitida pelo servidor designado e entregue no dia qual a empresa efetuou a mesma, informando que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.25. A necessidade de declaração do conhecimento da obra é necessária por ser obra com particularidades específicas no tangente ao grande fluxo de pessoas. Devido o local ser a principal atração turística de Cascavel, a empresa contratada não poderá interromper a pista existente para a execução da obra, sendo permitida somente interrupções parciais e por curto espaço de tempo. Portanto a obra deverá conviver com o fluxo diário de pessoas, promovendo a mesma com sinalização provisória.

9.26. Capacidade técnico-operacional e Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Serão exigidas da empresa comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, com apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, a seguir elencadas:

9.27.1. Execução de 7.400,00 m² de pavimento ou piso de concreto.

(14,48% do valor total da obra).

9.27.2. Execução de 13.500,00 kg de estrutura metálica.

(4,03% do valor total da obra).

9.27.3. Execução de 12.000,00 m² de pintura sobre pista de ciclovia ou caminhada.

(6,26% do valor total da obra).

9.28. A empresa deverá relacionar os serviços em planilha conforme ANEXO 01, relacionando exclusivamente os serviços exigidos neste Termo, acompanhados dos respectivos atestados e acervos técnicos.

9.29. Além dos quantitativos mínimos de serviços exigidos, a empresa deverá comprovar já ter executado serviços em alguns dos locais abaixo e com pelo menos uma das atividades relacionadas. Esta exigência poderá ser comprovada através de Certidões, CAT, Contratos com empresa Pública e Licença Ambiental da Obra:

9.29.1. Dentro de Unidade de Conservação ou em áreas ambientalmente sensíveis (APPs, Reservas Legais, Parques Ambientais, áreas de preservação permanente).

➤ **Com manejo ambiental controlado, como:**

- abertura e manutenção de trilhas;
- recuperação vegetativa;
- obras de pequeno a médio impacto dentro de UC;
- serviços com restrição de tráfego de máquinas e intervenção mínima.

9.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Profissional

9.31. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.31.1. Engenheiro Civil Pleno com experiência nas seguintes atividades: 05 (cinco) anos de experiência em GERENCIAMENTO E/OU EXECUÇÃO DA OBRA, Gerenciamento e/ou execução de obras com pavimento de concreto, estrutura metálica e pintura sobre pista de ciclovia e ou caminhada.

9.31.2. Engenheiro Civil Júnior-1 com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: GERENCIAMENTO E/OU EXECUÇÃO DA OBRA;

9.31.3. Engenheiro-Elétricista com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: iluminação viária e lógica;

9.31.4. Arquiteto com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: Execução de obras de urbanismo;

9.31.5. Técnico Ambiental com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: Monitoramento ambiental de obras.

9.32. A empresa deverá relacionar os profissionais em planilha conforme ANEXO 02, relacionando exclusivamente as experiências exigidas neste Termo, acompanhados dos respectivos atestados e acervos técnicos.

9.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.34. ~~Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas Jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Não será exigido quantidades mínimas para os profissionais relacionados acima.~~

9.35. ~~Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

9.36. ~~Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

9.36.1. ~~Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

9.36.2. ~~O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

9.36.3. ~~Não serão aceitos atestados ou acervos de licitantes que atestam para si mesmos a qualidade e quantidade de serviços ou obras executadas, sendo necessário que tal documentação seja fornecida por empresa ou órgão público diverso da licitante.~~

9.36.4. ~~Apresentar preferencialmente indicando com marca texto os itens que comprovarão as exigências.~~

9.37. Não será admitido a participação de cooperativas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.837.861,70 (Quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária anexa.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Código Reduzido:	752
Funcional Programática:	123185412316693.449.051.999.900.000.000
Órgão:	12 - Secretaria Muni de Meio Ambiente
Unidade:	3 - Fundo Muni de Saneamento Básico
Ação:	1669 - Realizar obras que visem o saneamento básico e ambiental.
Vínculo:	45 - Fundo de Manejo de Resíduos Sólidos - SANEPAR 2023
Subelemento:	3.449.051.999.900.000.000 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cascavel, 05 de janeiro de 2026.


José Carlos Zamboni
Gerente de Divisão


Jefferson Maciel Valcanover
Engenheiro Civil CREA/PR 19.637/D

Aprovado por:


Beatriz Gentelini Bertoglio
Secretária de Meio Ambiente

ANEXO

(Processo Administrativo n.º 6007/2026)

1. Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte NÃO PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR CERTO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o INCC (Índice Nacional de Custos da Construção).

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

I. Será exigida a garantia de execução em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

4.1 Justificamos o percentual exigido pois é fundamental para a conclusão satisfatória das obras, proteger o interesse público, mitigar riscos de inadimplemento e promover competitividade e a transparência no processo de contratação. Ainda, o percentual adotado de 5% (cinco por cento) vem sendo adotado pelo Município de Cascavel para a contratação de obras públicas, sem qualquer tipo de ressalva, até a presente data, pela Secretaria de Planejamento e Gestão, assim como pela Procuradoria Geral do Município.

4.2 Informamos ainda, que caso o adjudicatário não opte pela modalidade de seguro-garantia e decida por prestar a garantia em caução, fiança bancária ou títulos da dívida pública após a assinatura do contrato, deverá prestá-la no prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.3 Ainda com relação à Garantia de Execução Contratual, informamos que, caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato firmado pelas partes.

4.4 Determinamos que, se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva

reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Sobre a possibilidade de Reajuste Anual dos preços dos serviços contratados, a empresa contratada deverá apresentar pedido fundamentado, 01 (um) ano após o marco estabelecido no instrumento convocatório, com os cálculos envolvendo os serviços já executados e os que ainda restam executar para a conclusão do objeto contratado, para que haja avaliação da gestão do contrato com apoio de profissional da área de contabilidade do Município de Cascavel para definição do percentual a ser adotado, assim como do valor para posterior apostilamento e empenho de recursos financeiros.

7. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.837.861,70 (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na em planilha orçamentária anexa.

8. Código CATSER do serviço; Grupo 542 - Obras Públicas - Construção (Serviço 5622).

9. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, justificando-se pela necessidade de compatibilidade com a duração dos procedimentos previstos na legislação vigente para a homologação e adjudicação do certame licitatório para a posterior assinatura do contrato.

10. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Servidor	Matrícula	Secretaria/Setor	Função
Sonia Marlize Severnini	17.488-1	SEMA	Gestor de Contrato
Sonia Mara Batistussi Souza	16.272-3	SEMA	Suplente do Gestor de Contrato
Marcos Augusto Borges	30.302-1	SEMA	Fiscal de Contrato
Elmo Rowe Junior	17.910-2	SEMA	Suplente Fiscal de Contrato
Wellington da Silva Casado	29095-5	SESOP	Fiscal de Obra
Celso Soares Ferreira	22.766-1	SESOP	Fiscal de Obra
Ulysses Afonso Zaror	29.111-0	SESOP	Suplente do Fiscal de Obra

Cascavel, 08 de Janeiro de 2026.

Elaborado por:


José Carlos Zamboni
Gerente de Divisão

Ciente,


Beatriz Gentelini Bertoglio
Secretária de Meio Ambiente

CASCADEL

ANEXO-01 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA
CONCORRÊNCIA XX/2025 - MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski

EMPRESA													QUANTITATIVOS MÍNIMOS EXIGIDOS NA QUALIFICAÇÃO		
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS EXECUTADAS PELA EMPRESA													Execução de 7.400,00 m² de pavimento ou-piso de concreto	Execução de 13.500,00 kg de estrutura metálica	Execução de 12.000,00 m² de pintura sobre pista de ciclovia e ou caminhada
													7.400,00	13.500,00	12.000,00
Nº	Nº DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO	NOME DO PROFISSIONAL	TÍTULO DO PROFISSIONAL	Nº ART	DESCRIÇÃO DA OBRA	SITUAÇÃO CONCLUÍDA/NÃO CONCLUÍDA	VALOR CONTRATO	Nº DO CONTRATO	NOME DO CONTRATANTE	CIDA DE	ESTADO				
1															
2															
3															
4															

19

ANEXO 2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

CONCORRÊNCIA XX/2025 - MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Obra: Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski

QUADRO RESUMO DOS PROFISSIONAIS

Nº	PROFISSIONAIS EXIGIDOS NO EDITAL	PROFISSIONAIS	FORMAÇÃO TÉCNICA	CREA/CAU	VÍNCULO	EXPERIÊNCIA (anos)	Nº CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL	Nº DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO	Nº DA ART	SERVIÇO EXECUTADO	CONTRATANTE	CIDADE	ESTADO
1	1. Engenheiro Civil Pleno com experiência nas seguintes atividades: 05 (cinco) anos de experiência em GERENCIAMENTO E/OU EXECUÇÃO DA OBRA, Gerenciamento e/ou execução de obras com pavimento de concreto, estrutura metálica e pintura sobre pista de ciclovia e ou caminhada.												
2													
3													
4													
5													
6	2. Engenheiro Civil Júnior 1 com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: GERENCIAMENTO E/OU EXECUÇÃO DA OBRA.												
7													
8	3. Engenheiro Eletricista com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: iluminação viária e lógica												
9													
10	4. Arquiteto com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: Execução de obras de urbanismo												
11													
12	5. Técnico Ambiental com 02 (dois anos) de experiência em Serviços de: Monitoramento ambiental de obras												
13													

106

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Levando em consideração a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças (C.I. nº 820/2026), recebida em 17/01/2026;

- 1) Requisição: nº 322/2026 - Processo Digital nº 6007/2026;
- 2) Objeto: Contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada no ramo da construção civil para execução da obra de Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski no município de Cascavel-PR;
- 3) Prazo de execução: 480 dias;
- 4) Prazo de vigência: 660 dias;
- 5) Participação de Consórcios: Vedada;
- 6) Valor da contratação: R\$ 15.837.861,70 (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

Tendo em conta os requisitos de qualificação econômico-financeira descritos no artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 de Licitações e Contratos Administrativos;

Art. 69 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no Edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial e demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (grifo nosso)



Observando o ANEXO VI-A, item 11 da Instrução Normativa nº 001/2018. A Administração Municipal de Cascavel/PR, inclui neste edital a apresentação dos seguintes documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- 1) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 2) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e demais demonstrações contábeis:

I - em relação ao último exercício social:

a) Patrimônio líquido **não inferior a 10%** do valor estimado da contratação e **igual ou superior a 8,33%** (1/12) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, excluindo aqueles já executados;

b) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **12,50%** (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento) do valor estimado da contratação.

● O percentual ora citado, abrange o período de 60 (sessenta) dias compreendidos desde a fase inicial da obra/serviço até seu recebimento. Engloba a emissão da ordem de serviço, início de execução da obra/serviço, medição, emissão da nota fiscal pela empresa, atesto da nota fiscal, liquidação e pagamento, entre outros. Visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para suprir com todas as despesas e obrigações oriundas do objeto licitado neste intervalo de tempo, execução e recebimento.

Metodologia utilizada para definição do percentual de CCL:

Prazo de execução: 480 dias
$60 \div 480 = 0,1250 \times 100 = 12,50\%$

c) Declaração de que 1/12 (8,33%) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, excluindo aqueles já executados, não é superior a seu patrimônio líquido;

➤ Apresentar declaração de compromissos firmados com a Administração Pública e com a Iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, em que conste, no mínimo: o número do contrato de prestação de serviços, o período de vigência da contratação, a identificação do contratante e o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado (modelo anexo);

II - em relação aos dois últimos exercícios sociais:

A situação financeira da empresa licitante, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:



$$LG = (AC + RLP) \div (PC + PNC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, situação financeira equilibrada indicando que a empresa possui disponibilidade de bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$LC = (AC \div PC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, que a empresa possui recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

$$SG = AT \div (PC + PNC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, boa situação financeira. A Indicação do índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos acima, demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

LEGENDA: AC: Ativo Circulante; RLP: Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante; PNC: Passivo Não Circulante; AT: Ativo Total;

- 3) Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais faz que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação equilibrada é o mínimo que a administração pública deve cercar-se, indispensáveis para garantir o integral cumprimento de suas obrigações.

Assinado eletronicamente por:
ETELMI NOGUEIRA KAISER
WASEM
***186.269-**
19/01/2026 14:07:26
Assinatura digital avançada.
Etelmi Nogueira Kaiser Wasem
Contadora/CRC/PR - 071904/O-4

Cascavel, 19 de janeiro de 2026.





MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

49
1

Portaria nº 001/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato e de Obra, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos da execução da obra, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a Contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada no ramo da construção civil para execução da obra de ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO VERDE E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE PAULO GORSKI, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 6007/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Gestor de Contrato	Sônia Marlice Severnini	17.488-1	Agente Administrativo	
Suplente do Gestor de Contrato	Sonia Mara Batistussi Souza	16.272-3	Gerente de Divisão	
Fiscal Administrativo	Marcos Augusto Borges	30.302-1	Engenheiro Civil	
Fiscal Administrativo Suplente	Elmo Rowe Junior	17.910-2	Engenheiro Químico	
Fiscal de Obra	Wellington da Silva Casado	29095-1	Arquiteto	
Fiscal de Obra	Celso Soares Ferreira	22.766-1	Engenheiro Civil	
Suplente do Fiscal	Ulysses Afonso Zaror	29111-2	Engenheiro Civil	

ferias

Cascavel, 16 de janeiro de 2026.


Beatriz Gentelini Bertoglio
Secretária de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

09
1.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Cascavel possui base econômica fortemente vinculada ao agronegócio, consolidando-se também como polo regional de saúde e educação, além de apresentar expressivo potencial turístico associado à preservação ambiental e à qualidade de vida urbana. Nesse contexto, a Administração Municipal vem implementando políticas públicas voltadas ao ordenamento territorial, à valorização dos espaços verdes e à qualificação do ambiente urbano, integrando aspectos sociais, ambientais e econômicos.

O Parque Ecológico Paulo Gorski, especialmente a área do Lago Municipal, constitui a única Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada integralmente no perímetro urbano, criada em 1988 e reconhecida como a maior reserva ecológica urbana do sul do Brasil, com cerca de 55 hectares de mata nativa. O parque desempenha papel estratégico na conservação da biodiversidade, na regulação climática e na oferta de serviços ecossistêmicos à população.

O Lago Municipal é o principal ponto turístico e de lazer da cidade, recebendo diariamente elevado fluxo de usuários em atividades recreativas, esportivas, educacionais e de contemplação da natureza. Esse uso intensivo tem gerado sobrecarga na infraestrutura existente, especialmente na pista de caminhada, que já não comporta adequadamente os diferentes modais nos horários de maior movimento.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados para a estruturação do território verde e a requalificação do Parque Paulo Gorski, conforme projetos arquitetônicos aprovados. A iniciativa visa melhorar a infraestrutura, organizar os fluxos de

09-V
usuários, ampliar a segurança e a acessibilidade, preservar o meio ambiente e qualificar o paisagismo, garantindo o uso sustentável da unidade. O investimento assegura a compatibilização entre conservação ambiental, lazer, turismo e bem-estar da população, em consonância com o planejamento urbano e as diretrizes de desenvolvimento sustentável do Município.

2 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação caracteriza-se como obra de engenharia especial, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, apresentando elevada complexidade técnica, em razão da diversidade de serviços envolvidos e da necessidade de intervenções que implicam modificações relevantes nas características originais do bem.

A execução contratual dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo as medições realizadas com base nos quantitativos efetivamente executados e atestados pela fiscalização, admitidas variações **quantitativas decorrentes das condições encontradas durante a execução da obra.**

O prazo de vigência da contratação é de 22 (vinte e dois) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de execução do objeto será de 16 (dezesesseis) meses, contados da data expressa na ordem de serviço, podendo ser prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

A execução das obras e serviços deverá observar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos técnicos elaborados por profissionais legalmente habilitados, os quais integram o processo administrativo e constituem referência obrigatória para a execução contratual.

Caberá à CONTRATADA o fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra especializada e demais insumos necessários, responsabilizando-se pela correta execução dos serviços, qualidade dos materiais empregados e atendimento aos prazos estabelecidos.

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, responsável técnico legalmente habilitado, engenheiro civil ou arquiteto, com registro ativo no CREA ou CAU, que atuará como interlocutor formal junto à fiscalização.

Deverá ser mantido Diário de Obras, atualizado regularmente e disponibilizado à fiscalização, contendo registros das atividades executadas, condições climáticas, orientações técnicas, ocorrências relevantes e autorizações eventualmente concedidas.

É vedada qualquer alteração nos projetos, métodos executivos, materiais ou especificações técnicas sem prévia e expressa autorização da fiscalização e dos autores dos projetos, devidamente formalizada.

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e de segurança do trabalho, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados às atividades desenvolvidas, bem como a realização dos treinamentos e capacitações obrigatórias.

Os serviços deverão atender às normas técnicas da ABNT, às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e às normas das concessionárias competentes, observadas sempre suas versões atualizadas, conforme previsto nos memoriais descritivos e projetos.

Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a obtenção de todas as licenças, autorizações e alvarás necessários à execução da obra, inclusive licença ambiental e alvará de construção, quando aplicáveis, previamente ao início dos serviços.

A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por danos causados em decorrência da execução contratual, sendo também responsável pela organização, segurança, vigilância e manutenção da ordem no canteiro de obras, até a entrega definitiva.

A CONTRATADA deverá observar, para fins de medição, pagamento, eventuais serviços adicionais ou análise de pleitos, os custos unitários de referência adotados no orçamento da licitação, fundamentados no SINAPI e, quando aplicável, em outras fontes admitidas pelo art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

O cronograma físico-financeiro aprovado constitui instrumento vinculante da execução contratual, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente as etapas, prazos e percentuais de avanço físico, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

A CONTRATADA deverá promover a gestão e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes

10-V previstas nos projetos e memoriais descritivos, sendo vedado o descarte irregular.

O BDI adotado na licitação, inclusive nos casos de BDI reduzido para materiais e equipamentos, será considerado definitivo para fins contratuais, não sendo admitidos pleitos de revisão, realinhamento ou reequilíbrio econômico-financeiro fora das hipóteses legais expressamente previstas.

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de qualificação técnica exigidas na fase de habilitação, incluindo responsável técnico regularmente inscrito no CREA ou CAU, sendo vedada sua substituição sem prévia anuência da Administração.

A fiscalização terá livre acesso a todas as áreas da obra, depósitos, oficinas e locais correlatos, podendo determinar a suspensão dos serviços sempre que constatada execução em desacordo com os projetos, memoriais ou especificações técnicas.

3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de avaliar a existência de fornecedores aptos, identificar práticas usuais do setor da construção civil, bem como subsidiar a definição da solução mais adequada, do regime de execução, da estimativa de custos e do modelo de contratação, conforme dispõe o art. 18, inciso V, e o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como obra de engenharia de natureza especial, envolvendo serviços de drenagem, implantação de ciclovias em concreto, sinalização viária horizontal e vertical, calçadas, paisagismo, portais, totens e passarela, constatou-se a existência de mercado competitivo, composto por empresas de médio e grande porte, regularmente registradas nos Conselhos Profissionais competentes (CREA e/ou CAU), com capacidade técnico-operacional para execução de obras de revitalização urbana de elevada complexidade.

O levantamento indicou que, para objetos dessa natureza:

- a Concorrência Pública é a modalidade usualmente adotada pela Administração Pública, em razão da complexidade técnica, do valor estimado e da necessidade de ampla competitividade;
- o regime de empreitada por preço unitário é o mais praticado e recomendado, tendo em vista a possibilidade de variações quantitativas identificáveis apenas durante a execução da obra;
- os custos unitários de referência do SINAPI, complementados por composições próprias ou extra-SINAPI, quando necessário, constituem o principal parâmetro adotado pelo mercado e pelos órgãos de controle para a formação de preços;
- o BDI segue, de forma majoritária, os parâmetros estabelecidos pelo Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário do TCU, inclusive com a adoção de BDI reduzido para materiais e equipamentos em serviços com baixa incorporação de mão de obra.

Verificou-se, ainda, que o mercado dispõe de empresas com experiência comprovada em contratos similares celebrados com a Administração Pública, sendo prática consolidada a exigência de:

- projetos executivos previamente elaborados;
- cronograma físico-financeiro vinculante;
- gestão adequada de resíduos da construção civil;
- observância das normas técnicas da ABNT, das Normas Regulamentadoras do MTE e das exigências ambientais e urbanísticas locais.

Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia a viabilidade da contratação, a adequação do modelo adotado e a existência de concorrência suficiente para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, isonomia, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação, por meio de Concorrência Pública, de empresa especializada para a execução de obra de engenharia de natureza especial, destinada à revitalização do Lago Municipal de Cascavel, compreendendo serviços de drenagem, implantação de ciclovia em concreto, sinalização viária horizontal e vertical, calçadas, paisagismo, portais, totens, passarela e

11-V
demais intervenções previstas nos projetos executivos.

A execução ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário, com base em projetos executivos previamente elaborados, orçamento referenciado em custos oficiais (SINAPI e fontes admitidas), cronograma físico-financeiro vinculante e observância integral às normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.

A solução adotada assegura adequado controle técnico, financeiro e ambiental, admite variações quantitativas inerentes à natureza da obra, promove ampla competitividade no mercado e viabiliza a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base nos projetos executivos, memoriais descritivos, levantamentos topográficos, estudos técnicos e planilhas orçamentárias, todos elaborados por profissionais legalmente habilitados, os quais integram o processo administrativo da contratação.

Os quantitativos dos serviços foram apurados de forma técnica e detalhada, constando nas planilhas orçamentárias analíticas e sintéticas, contemplando todos os serviços necessários à execução da obra, tais como drenagem, implantação de ciclovia em concreto, sinalização viária horizontal e vertical, calçadas, paisagismo, portais, totens, passarela e demais intervenções previstas nos projetos.

Considerando a natureza da obra, sujeita a variações quantitativas decorrentes de condições verificadas apenas durante a execução, e o regime de empreitada por preço unitário, os quantitativos estimados representam referência para fins de contratação, sendo passíveis de ajuste por meio de medições dos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, nos limites e condições previstos na legislação vigente.

Dessa forma, a estimativa apresentada é suficiente, adequada e compatível com o objeto, permitindo a correta formação das propostas pelos licitantes e assegurando a execução integral da obra conforme os projetos e especificações técnicas.

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12
1.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em orçamento detalhado, fundamentado nos projetos executivos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias analíticas e sintéticas, elaborados por profissionais legalmente habilitados e juntados aos autos.

Para a definição dos custos unitários, adotaram-se, como referência principal, os custos oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, utilizando-se as tabelas mais atualizadas disponíveis.

O orçamento considerou, ainda, a composição do Benefício e Despesas Indiretas – BDI, bem como a opção mais vantajosa quanto à não adoção do regime de desoneração tributária.

Em razão da natureza do objeto, caracterizado como obra de engenharia de natureza especial, e do regime de execução por empreitada por preço unitário, o valor estimado da contratação representa uma referência técnica e financeira, estando sujeito a ajustes decorrentes das medições dos serviços efetivamente executados, nos limites legais.

Dessa forma, a estimativa apresentada reflete os preços de mercado praticados no setor, assegura a viabilidade econômica da contratação, subsidia adequadamente a formulação das propostas pelos licitantes e atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, tendo o valor da Obra em **R\$ 15.837.861,70** (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, considera-se obra pública toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem público, podendo sua execução ocorrer de forma direta, pela própria Administração, ou de forma indireta, mediante contratação de terceiros, precedida de licitação.

No presente caso, optou-se pela execução indireta da obra, tendo em vista que o conjunto de serviços a serem contratados; compreendendo intervenções de drenagem, implantação de ciclovia em concreto, sinalização viária horizontal e vertical, calçadas, paisagismo, portais, totens, passarela e demais elementos previstos nos projetos executivos; configura um sistema integrado e

12-V
interdependente, cuja adequada execução depende da coordenação técnica e operacional unificada.

O parcelamento do objeto mostraria-se tecnicamente e economicamente inviável, uma vez que a execução por múltiplas empresas implicaria a atuação simultânea de diversos contratados em um mesmo canteiro de obras, demandando maior área física, complexa compatibilização de cronogramas, aumento significativo da necessidade de fiscalização e maior risco de interferências entre etapas construtivas interdependentes.

Além disso, o fracionamento da execução poderia dificultar a atribuição clara de responsabilidades por eventuais falhas, vícios construtivos ou atrasos, comprometendo a eficiência da fiscalização, a segurança da execução e a responsabilização contratual, em desacordo com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Dessa forma, considerando a natureza integrada da obra, a necessidade de coordenação técnica contínua, a mitigação de riscos operacionais e contratuais e a melhor relação custo-benefício para a Administração, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a solução mais adequada, em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso II, e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de **contratações correlatas ou complementares** para a viabilização das intervenções decorrentes dos serviços que a Administração pretende contratar, uma vez que o objeto contempla, de forma integrada e suficiente, todas as atividades, insumos e responsabilidades indispensáveis à sua plena execução, conforme previsto nos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos que instruem o processo.

10 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

O Município de Cascavel encontra-se em fase de elaboração do Plano Anual de Contratação, porém as demandas de aquisição estão sendo relacionadas em Sistema de Gestão com indicação de Intenção de Compras.

O objeto da contratação está sob número de Intenção/DFD nº 121/2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O Projeto do Território Verde contempla a reestruturação integrada do Lago Municipal e, nesta primeira etapa de contratação, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente pretende alcançar os seguintes resultados:

Iniciar a requalificação do Parque Municipal Paulo Gorski, por meio da melhoria e adequação dos acessos, implantação e requalificação de calçadas, execução de paisagismo, instalação de mobiliário urbano e implementação de elementos de identificação e comunicação visual.

Readequar a trilha e a ciclovia do entorno imediato do Lago Municipal, promovendo maior integração com o espelho d'água, melhoria da fruição dos espaços públicos, criação de áreas de permanência sombreadas e instalação de novo mobiliário urbano, incentivando a mobilidade ativa e o lazer.

Assegurar a execução da obra com qualidade técnica, observância dos prazos e aderência ao planejamento físico-financeiro.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há necessidade de adoção de providências prévias para adequação do ambiente do local contemplado para a execução da obra, uma vez que todas as intervenções necessárias encontram-se devidamente previstas e detalhadas nos projetos executivos, memoriais descritivos e planilha orçamentária de referência, com a definição dos respectivos quantitativos e serviços que compõem o objeto da licitação.

Dessa forma, o local encontra-se tecnicamente apto para a execução da obra nos termos planejados, não sendo exigidas ações preparatórias adicionais por parte da Administração além daquelas já contempladas nos documentos que instruem o processo licitatório.

13 – DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos sobre o solo

Medidas mitigadoras:

- Planejar as frentes de trabalho para reduzir áreas de solo exposto;

- 13-V
- Implantar dispositivos de contenção provisória (valetas, barreiras físicas ou geotêxteis) para controle de erosão;
 - Realizar a recomposição e estabilização do solo imediatamente após a conclusão de cada etapa da obra;
 - Restringir o tráfego de máquinas a áreas previamente definidas.

Impactos sobre a vegetação

Medidas mitigadoras:

- Limitar a supressão vegetal estritamente às áreas previstas em projeto;
- Proteger a vegetação existente no entorno das frentes de obra com barreiras físicas quando necessário;
- Executar o paisagismo e a recomposição vegetal conforme os projetos aprovados;
- Observar as condicionantes ambientais e autorizações específicas para supressão, quando aplicável.

Impactos sobre recursos hídricos

Medidas mitigadoras:

- Implantar sistemas provisórios de drenagem e contenção de sedimentos;
- Evitar a disposição de materiais e resíduos próximos ao Lago Municipal;
- Realizar manutenção preventiva de máquinas para evitar vazamentos de óleos e combustíveis;
- Proibir lavagem de equipamentos em áreas próximas a corpos hídricos.

Geração de resíduos da construção civil

Medidas mitigadoras:

- Implantar plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC);
- Promover a segregação dos resíduos na origem, conforme classes definidas pela legislação ambiental;
- Destinar os resíduos exclusivamente a locais licenciados;
- Priorizar a reutilização e reciclagem de materiais sempre que tecnicamente viável.

Emissões atmosféricas e qualidade do ar

Medidas mitigadoras:

- Realizar umectação periódica das vias e áreas de movimentação de solo para controle de poeira;
- Manter veículos e equipamentos com manutenção em dia;
- Evitar a queima de resíduos no canteiro de obras;
- Organizar o transporte de materiais de forma a minimizar a dispersão de partículas.

Ruído e vibração

Medidas mitigadoras:

- Restringir a execução de atividades mais ruidosas aos horários permitidos pela legislação local;
- Utilizar equipamentos com dispositivos de atenuação sonora;
- Manter comunicação prévia com a fiscalização quanto a atividades de maior impacto sonoro;
- Monitorar situações que possam causar desconforto excessivo aos usuários do parque.

Impactos sobre a fauna

Medidas mitigadoras:

- Realizar inspeções visuais antes do início das atividades em áreas sensíveis;
- Orientar as equipes quanto à preservação da fauna local;
- Adotar limites de velocidade para veículos no interior do canteiro;
- Evitar intervenções em períodos sensíveis, quando tecnicamente possível.

Impactos paisagísticos e sociais

Medidas mitigadoras:

- Implantar sinalização provisória adequada para orientação dos usuários do parque;
- Manter rotas alternativas seguras para pedestres e ciclistas durante a execução da obra;
- Minimizar o tempo de interdição das áreas públicas;
- Garantir a limpeza contínua do canteiro e das áreas adjacentes.

Identificação, Avaliação e Tratamento dos Riscos Ambientais

Risco Ambiental Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Responsável	Medidas Preventivas e Mitigadoras	Plano de Contingência
Erosão e degradação do solo	Média	Alto	Alto	Contratada	Planejamento das frentes de obra; contenção provisória; recomposição imediata do solo	Suspensão da atividade e reforço das medidas de contenção
Assoreamento do Lago Municipal	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Barreiras de sedimentos; sistemas provisórios de drenagem; afastamento de materiais.	Limpeza emergencial e correção dos dispositivos de drenagem
Supressão vegetal além do previsto em projeto	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Delimitação física das áreas autorizadas; orientação das equipes; fiscalização contínua.	Paralisação do serviço e adoção de medidas compensatórias
Danos à vegetação remanescente	Média	Médio	Médio	Contratada	Proteção física da vegetação; controle do tráfego de máquinas.	Recuperação vegetal e recomposição paisagística
Contaminação do solo ou recursos hídricos por óleo ou combustível	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Manutenção preventiva de equipamentos; áreas específicas para abastecimento.	Contenção imediata, remoção do material contaminado e comunicação ao órgão competente.
Geração e destinação inadequada de resíduos da construção civil	Média	Médio	Médio	Contratada	Implantação do PGRCC; segregação e destinação a locais licenciados.	Recolhimento imediato e regularização da destinação

14-V

Emissão excessiva de poeira	Média	Baixo	Baixo	Contratada	Umectação periódica das vias; controle operacional	Intensificação da umectação e ajustes operacionais
Emissão excessiva de ruídos	Média	Médio	Médio	Contratada	Restrição de horários; uso de equipamentos com atenuação sonora	Reprogramação das atividades e substituição de equipamentos
Perturbação da fauna local	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Inspeções prévias; orientação das equipes; controle de velocidade	Interrupção pontual da atividade e readequação do cronograma

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos estudos técnicos realizados, nos projetos executivos e nas planilhas orçamentárias elaborados pelo IPC – Instituto de Planejamento de Cascavel, bem como nas informações consolidadas pela equipe de planejamento, conclui-se que a contratação é viável para o Município de Cascavel sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, conforme demonstrado e justificado nos itens anteriores deste documento.

15. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

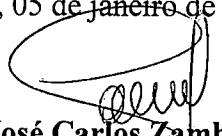
José Carlos Zamboni, matrícula nº 17210-2.

Jefferson Maciel Valcanover - Coordenador de projetos – IPC

16. INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

FUNÇÃO/CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO
Gestor de Contrato	Sônia Marlize Severnini	17.488-1	Agente Administrativo
Suplente do Gestor de Contrato	Sonia Mara Batistussi Souza	16.272-3	Gerente de Divisão
Fiscal Administrativo	Marcos Augusto Borges	30.302-1	Engenheiro Civil
Fiscal Administrativo Suplente	Elmo Rowe Junior	17.910-2	Engenheiro Químico
Fiscal de Obra	Wellington da Silva Casado	29095-1	Arquiteto
Fiscal de Obra	Celso Soares Ferreira	22.766-1	Engenheiro Civil
Suplente do Fiscal	Ulysses Afonso Zaror	29111-2	Engenheiro Civil

Cascavel, 05 de janeiro de 2026.


José Carlos Zamboni
 Gerente de Divisão


Jefferson Maciel Valcanover
 Engenheiro Civil CREA/PR 19.637/D

Aprovado por:


Beatriz Gentelini Bertoglio
 Secretária de Meio Ambiente

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROCESSO N. 6007/2026

OBJETO:

Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski.

LOCAL:

Lago Municipal

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as orientações jurídicas mais comuns emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os requisitos da instrução processual, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por profissional habilitado, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A ausência deste termo ou de justificativas pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a leitura das Notas Explicativas deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

36-V

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	4
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	4
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	4
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	4
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
7. CUSTOS DIRETOS	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	10
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	12
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	13
13. PROJETO EXECUTIVO	14
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	14
14.1 Capacidade técnico-operacional	14
14.1.1 Exigência de Quantitativos Mínimos nos Atestados	15
14.1.2 Justificativa Técnica:.....	16
14.1.3 Não será exigida quantidade mínima de atestado.....	17
14.1.4 Justificativas técnica fundamentadas para as exigências de qualificação técnica;..	19
14.1.4.1 Serviços Concomitantes.....	19
14.1.4.2 Exigência de Qualificação Técnica	19

37
1.

14.2.1	Organização dos Arquivos	20
15	VISTORIA	21
16	SUBCONTRATAÇÃO.....	22
17	DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	22
18	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	23
19	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	23
20	GARANTIA DA EXECUÇÃO	23
21	DA SUSTENTABILIDADE.....	24

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (☒) OBRA / (☐) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de obras de drenagem, implantação de pista de ciclovia em concreto, sinalização viária horizontal e vertical, calçadas, Portais, Paisagismo, Totens, Passarela, etc, obras que formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou que acarretam alterações substanciais das características originais do bem, ações definidas como obra nos termos do inciso XII, art. 6, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021:

"XII – obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel".

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (☐) COMUM / (☒) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de execução de implantação de obras de Revitalização do Lago Municipal de Cascavel, que não preserva as características originais do bem, sendo, ainda, heterogêneo e complexo, situação que o define como especial nos termos das alíneas a e b do inciso XXI, art. 6, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021:

"a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de

manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;"

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- ☒ (X) empreitada por preço unitário
- ☐ () empreitada por preço global
- ☐ () empreitada integral
- ☐ () contratação por tarefa
- ☐ () contratação integrada
- ☐ () contratação semi-integrada
- ☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

O regime adotado leva em consideração a imprecisão inerente à natureza do objeto, que está sujeito a variações, em especial sobre quantitativos, por fatores supervenientes a fase de planejamento, e passíveis de constatação apenas durante a execução da obra, sendo, então, este o regime recomendável para a realização da obra.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

O projeto foi feito a nível executivo, com quantitativos de serviços reais.

38-1

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa:

Vide Nota Explicativa n. 2.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
--

No presente feito, o (x) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (x) engenharia, (x) arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (x) ART, (x) RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte justificativa:

Neste sentido, o Projeto Básico atende a todas exigências do inciso XXV , artigo 6º da Lei 14.133, de 2021, ainda atendendo a quesitos de destinação de resíduos sólidos, que conforma projeto serão levados para local licenciado.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos NÃO foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

Vide Nota Explicativa n. 3.

39
1.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(x) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(x) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados aos serviços de infraestrutura;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (x) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

39-V

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento
(*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

Vide Nota Explicativa n. 4.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

Vide Nota Explicativa n. 5.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

40
1.

(x) foram adotadas composições de custos unitários oriundas SINAPI, sem adaptações;

(X) foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(X) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 6.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos () compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

(x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

40-J

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(x) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Vide Nota Explicativa n. 7.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

Vide Nota Explicativa n. 8.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (x) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Vide Nota Explicativa n. 9.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

41-V
Despesa financeira: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Lucro: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Não foram adotados percentuais distintos do quartil médio para os componentes dos BDIs, não havendo necessidade de apresentação de justificativa técnica adicional

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (x) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Existem serviços que demandam de BDI diferenciado, pois serão fornecidos e instalados com mínima incorporação de mão de obra por meio da Contratada, cabendo estes serviços a empresas terceirizadas. Estes serviços estão evidenciados em Planilha Orçamentária.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(x) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Vide Nota Explicativa n. 11.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(x) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 12.

42-V

13. PROJETO EXECUTIVO

(x) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Vide Nota Explicativa n. 13.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (x) CREA e/ou ao (x) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Justificativa Técnica:

A exigência de capacidade técnico-operacional e o Registro ou Inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, visa resguardar ao Município que as empresas participantes da licitação possuam experiência comprovada e atestada por órgãos reconhecidos, como CREA e CAU, responsáveis pela fiscalização do exercício da Engenharia e da Arquitetura.

Por tratar-se de obra diretamente relacionada a serviços de engenharia e arquitetura, é imprescindível que a empresa seja tecnicamente habilitada, comprovando tal condição por meio dos documentos previstos neste Termo.

Fundamento: Acórdão nº 1.034/2012 – Plenário do TCU.

14.1 Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(x) Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional da empresa, por meio de certidões ou atestados regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA/CAU), em relação às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, conforme abaixo:

1. Execução de 7.400,00 m² de pavimento ou piso de concreto (14,48% do valor total da obra).

43
1.

2. Execução de 13.500,00 kg de estrutura metálica
(4,03% do valor total da obra).

3. Execução de 12.000,00 m² de pintura sobre pista de ciclovia e ou caminhada.
(6,26% do valor total da obra).

14.1.1 Exigência de Quantitativos Mínimos nos Atestados

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos, correspondentes aos seguintes percentuais:

- Pavimentação em concreto: mínimo de 49,55% dos quantitativos licitados;
- Estrutura metálica: mínimo de 49,39% dos quantitativos licitados;
- Pintura sobre a pista: mínimo de 48,79% dos quantitativos licitados.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação será:

(x) ACEITO

() VEDADO

O somatório será aceito somente para serviços executados concomitantemente, seja em um único contrato ou em contratos distintos, desde que realizados no mesmo período.

Além dos quantitativos mínimos de serviços exigidos, a empresa deverá comprovar já ter executado serviços em alguns dos locais abaixo e com pelo menos uma das atividades relacionadas. Esta exigência poderá ser comprovada através de Certidões, CAT, Contratos com empresa Pública e Licença Ambiental da Obra:

• **Dentro de Unidade de Conservação ou em áreas ambientalmente sensíveis** (APPs, Reservas Legais, Parques Ambientais, áreas de preservação permanente).

• **Com manejo ambiental controlado, como:**

- abertura e manutenção de trilhas;

- 43-V
- recuperação vegetativa;
 - obras de pequeno a médio impacto dentro de UC;
 - serviços com restrição de tráfego de máquinas e intervenção mínima.

14.1.2 Justificativa Técnica:

- Serviços concomitantes:

Tal exigência objetiva comprovar capacidade operacional simultânea, necessária para garantir que a empresa consiga executar os serviços dentro do prazo previsto no cronograma da obra.

- Serviços em áreas ambientalmente sensíveis:

Esta exigência tem como finalidade assegurar ao Poder Público que a empresa contratada possui capacidade técnica para cumprir todas as determinações estabelecidas pelo IAT – Instituto Água e Terra, constantes na Licença Ambiental nº 009180.

No caso desta obra, as características ambientais do local são extremamente relevantes para a execução do objeto, pois:

- impõem restrições quanto ao ritmo e à velocidade dos serviços;
- exigem a adoção de medidas específicas de proteção ao meio ambiente e aos animais silvestres;
- determinam que a contratada atenda integralmente às condicionantes previstas na Licença Ambiental, tais como:
 - treinamento da equipe para o manejo adequado de fauna silvestre;
 - isolamento e controle do local de trabalho, considerando a presença de animais e o trânsito de pessoas;
 - execução de diversas ações específicas previstas na licença e essenciais para evitar impactos ambientais.

Dessa forma, a exigência de comprovação de serviços executados em áreas ambientalmente sensíveis se mostra necessária para garantir a observância das condicionantes ambientais e a adequada execução da obra.

44
1.

14.1.3 Não será exigida quantidade mínima de atestado
(Conforme estabelecido no próprio Termo.)

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO serão exigidas comprovações

(x) **SERÃO** exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional, relativas às parcelas de maior relevância, a serem executadas pelos seguintes profissionais:

1. Engenheiro Civil Pleno – 2h/dia

- Experiência mínima: **5 anos**
- Atuação: Gerenciamento e/ou execução de obras com pavimento de concreto, estrutura metálica e pintura sobre pista de ciclovia e ou caminhada.

2. Engenheiro Civil Júnior – tempo integral

- Experiência mínima: **2 anos**
- Atuação: Gerenciamento e/ou execução de obras.

3. Engenheiro Eletricista – 5h/semana

- Experiência mínima: **2 anos**
- Atuação: Serviços de iluminação viária e lógica.

4. Arquiteto e Urbanista – 5h/semana

- Experiência mínima: **2 anos**
- Atuação: Execução de obras de urbanismo; necessária devido à complexidade de elementos arquitetônicos do projeto.

5. Técnico Ambiental – 5h/semana

44-V

- Experiência mínima: 2 anos
- Atuação: Monitoramento ambiental de obras.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

45
1.

14.1.4 Justificativas técnica fundamentadas para as exigências de qualificação técnica;

14.1.4.1 Serviços Concomitantes

A exigência de atestados comprobatórios de serviços executados de forma simultânea garante que a empresa tenha capacidade de realizar múltiplas frentes de trabalho dentro dos prazos do cronograma.

Esses serviços serão executados em paralelo na obra licitada, o que exige experiência gerencial e operacional consolidada.

14.1.4.2 Exigência de Qualificação Técnica

Esta exigência está baseada nos princípios da:

- **supremacia do interesse público,**
- **segurança técnica,**
- **economicidade,**
- **garantia de execução,**

As parcelas de maior relevância técnica são aquelas cujo desempenho inadequado pode comprometer a funcionalidade, a qualidade ou a continuidade da obra.

A Administração deve garantir que a empresa contratada detenha capacidade comprovada para executar todos os serviços com segurança e dentro dos padrões técnicos previstos.

14.1.5 Atestados que Comprovam Quantidades Mínimas

Os serviços definidos como de maior relevância segundo a Curva ABC são:

1º – Piso/pavimento de concreto – 14,48%

45-V
3º – Estrutura metálica – 4,03%

4º e 5º – Pintura de Pista – (3,14% + 3,12% = 6,26%)

O serviço classificado em 2º lugar não foi utilizado para fins de qualificação técnica por se tratar de atividade de administração, não configurando serviço propriamente dito. Além disso, não apresenta complexidade técnica compatível com a finalidade da exigência de capacidade técnico-operacional, a qual deve recair exclusivamente sobre serviços que representem relevância técnica e impacto direto na execução da obra.

14.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

A empresa deverá fornecer **planilha conforme ANEXO 01**, relacionando exclusivamente os serviços exigidos neste Termo, acompanhados dos respectivos atestados e acervos técnicos.

14.2.1 Organização dos Arquivos

Enviar em uma pasta ZIP:

Atestados e Acervos da Empresa.zip

Dentro da pasta:

- Todos os atestados relacionados no ANEXO 01
- Todos os acervos correspondentes, com nomes idênticos à numeração da coluna 01 da planilha

14.3 Apresentação dos profissionais do Termo de Referência.

A empresa vencedora deverá apresentar equipe-chave composta pelos profissionais listados, que se justifica pelos seguintes motivos:

- Complexidade dos serviços
- Diversidade de áreas envolvidas
- Necessidade de acompanhamento técnico contínuo
- Requisitos de precisão e segurança técnica

46
1.

14.3.1 Apresentação dos Atestados e Acervos Técnicos dos Profissionais:

A empresa deverá apresentar pasta ZIP:
Atestados e Acervos dos Profissionais.zip

Com:

- **Atestados** certidão ou declaração (fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado)
- ARTs/RRTs
- Certidões de Acervo Técnico (CAT) do CREA/CAU
- Arquivos nomeados conforme numeração do ANEXO 02

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Vide Nota Explicativa n. 14.

15 VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (x) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (x) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

46-V

Vide Nota Explicativa n. 15.

16 SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (x) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

A obra possui alguns serviços específicos de empresas especializadas que podem vir a ser terceirizados:

N	SERVIÇOS	PERCENTUAL DA OBRA
1	INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	16,98%
2	MONITORAMENTO	3,11%
3	INSTALAÇÃO ELÉTRICA ORNAMENTAL	2,06%
4	ESTRUTURA METÁLICA EM TUBOS DE AÇO(QUALQUER PERFIL E BITOLA) - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO	4,03%
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ	1,30%
6	PASSARELA METÁLICA	1,09%
7	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	0,43%
	TOTAL	29,00%

17 DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, nos termos da qualificação econômica financeira emitida pelo Setor de Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados.

A solicitação de patrimônio líquido mínimo neste percentual visa resguardar a administração pública (Município de Cascavel) de possíveis erros, falhas e descumprimentos contratuais não sanados pelo fornecedor.

47
1.

18 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será:

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

Trata-se de obra com porte preliminarmente incompatível com a formação de consórcio para executá-la, sendo mais viável, e possivelmente mais econômico, a execução por empresa qualificada em obras deste vulto, considerando que trata de obra com tecnologias similares e comuns em nossa região.

19 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Trata-se de atividade incompatível com as atividades pertinentes a cooperativas, visto que o Município deseja a contratação de toda a obra, não desejando a contratação de parte da execução da obra com um cooperado e parte execução com outro cooperado.

20 GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (x) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

A garantia visa resguardar a administração pública de certos riscos inerentes a contratação em questão, como por exemplo: execução parcial do objeto, defeitos não corrigidos.

47-2

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

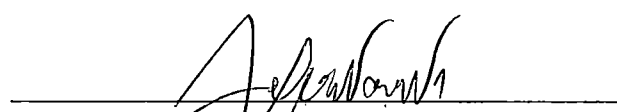
(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Foram observados critérios de boas práticas relacionadas a sustentabilidade, a fim de mitigar possíveis impactos ambientais, inclusive relacionadas a destinação correta dos resíduos sólidos da obra, que serão devidamente descartados em local licenciado.

48
1.



Eng. Civil Jefferson Maciel Valcanover - Coordenador de Projetos do IPC
CREA/PR-19.637/D
IPC – Instituto de Planejamento de Cascavel.





Beatriz Gentelini Bertoglio
Secretário de Meio Ambiente




























ANEXO V – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS

1 – PROJETOS

























1 – CANTEIRO DE OBRAS

-  CANTEIRO-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024
-  URB-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024.dwg

2 – ARQUITETÔNICO IPC

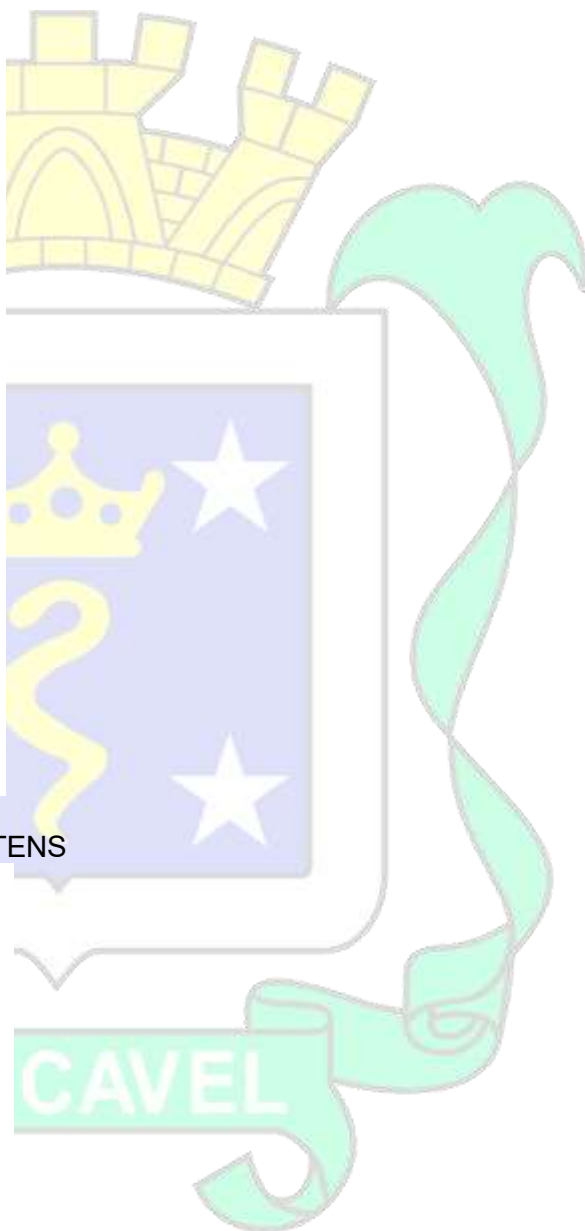
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P01_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P02_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P03_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P04_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P05_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P06_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P07_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P08_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P09_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P10_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P11_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P12_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P13_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P14_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P15_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P16_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P17_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P18_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P19_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P20_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P21_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P22_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P23_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P24_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P25_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P26_assinado
-  ARQ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RV01-P27_assinado

3 – ARQUITETÔNICO JL CADERNO 02 – ÁREAS DE SOMBRA

-  001 Capa
-  100 Planta de Localização
-  101 Implantação das Propostas
-  201 Área de Sombra 01 - Planta Baixa
-  202 Área de Sombra 02 - Planta Baixa
-  203 Área de Sombra 03 - Planta Baixa
-  204 Área de Sombra 05 - Planta Baixa
-  205 Área de Sombra 06 - Planta Baixa
-  207 Área de Sombra 09 - Planta Baixa
-  208 Área de Sombra 10 - Planta Baixa
-  301 Área de Sombra 01 - Cortes
-  302 Área de Sombra 02 - Cortes
-  303 Área de Sombra 03 - Cortes
-  304 Área de Sombra 05 - Cortes
-  305 Área de Sombra 06 - Cortes
-  307 Área de Sombra 09 - Cortes
-  308 Área de Sombra 10 - Cortes
-  1101 Detalhe Áreas de Sombra
-  1102 Detalhe Áreas de Sombra
-  1103 Detalhe Bancos Ajardinados
-  1104 Detalhe Bancos Ajardinados
-  1105 Detalhe Bancos Internos
-  1106 Detalhe Bancos Ajardinados
-  1107 Detalhe da Fixação Bancos









CADERNO 03 – PORTAIS E TOTENS

-  001 Capa
-  100 Implantação dos Portais e Totens
-  201 Portal A - Planejado
-  202 Portal B - Demolir e Construir
-  203 Portal B - Planejado
-  204 Portal C - Demolir e Construir
-  205 Portal C - Planejado
-  208 Portal E - Demolir e Construir
-  209 Portal E - Planejado
-  210 Portal F - Demolir e Construir
-  211 Portal F - Planejado
-  212 Portal G - Demolir e Construir
-  213 Portal G - Planejado



-  214 Totens - Totem H
-  215 Totens - Totem I
-  216 Totens - Totem J
-  217 Totens - Totem K
-  218 Totens - Totem L
-  219 Totens - Totem M
-  700 Portal A - Planta de Piso e Paisagismo
-  701 Portal B - Planta de Piso e Paisagismo
-  702 Portal C - Planta de Piso e Paisagismo
-  704 Portal E - Planta de Piso e Paisagismo
-  705 Portal F - Planta de Piso e Paisagismo
-  706 Portal G - Planta de Piso e Paisagismo
-  1100 Portal Grande - Detalhes Gerais
-  1101 Portal Médio - Detalhes Gerais
-  1103 Totem - Detalhes Gerais



4 – DEMOLIÇÃO

-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P01_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P02_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P03_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P04_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P05_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P06_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P07_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P08_assinado




5 – DESLOCAMENTO DE POSTES

-  DESLOCAMENTO_DE_POSTES_-_TERRITORIO_assinado





































6 – DRENAGEM AV ROCHA POMBO

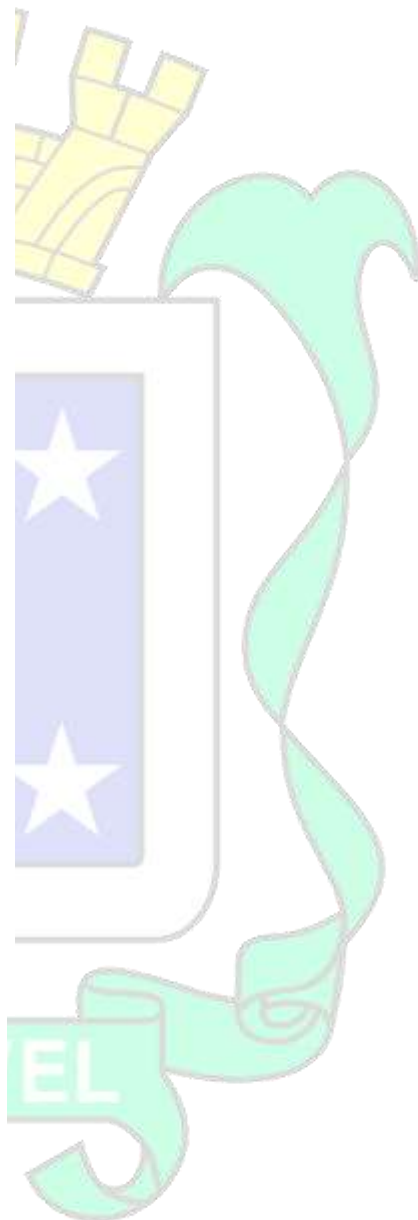
-  DRE-AVENIDA.ROCHA.POMBO-PE-2025-RV01-P01_assinado
-  DRE-AVENIDA.ROCHA.POMBO-PE-2025-RV01-P02_assinado


BUEIROS


-  DRE-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-01
-  DRE-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-02
-  DRE-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-03


7 – ELÉTRICO, ATERRAMENTO, ILUMINAÇÃO, LÓGICA E MONITORAMENTO


 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P31_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P40_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P39_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P37_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P38_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P36_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P35_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P34_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P33_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P32_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P30_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P28_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P29_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P27_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P26_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P24_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P25_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P23_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P22_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P20_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P21_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P11_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P15_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P14_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P18_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P16_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P17_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P19_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P13_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P12_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P10_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P03_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P04_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P05_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P06_assinado
 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P07_assinado



 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P08_assinado


 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P09_assinado

 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P02_assinado


 ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-P01_assinado


 COM-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00

8 – ESTRUTURAL CASA DE MAQUINAS CHAFARIZ


 ECA-CASA.DE.MAQUINAS.LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-P01_assinado


ESCADAS E RAMPAS


 ECA-ESCADAS_E_RAMPAS-PE-2024-RV00-P01_assinado

 ECA-ESCADAS_E_RAMPAS-PE-2024-RV00-P02_assinado


ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO


 ECA-FUN-ILUMINAÇÃO.ARTÍSTICA.LAGO-PE-2024


 ECA-FUN-PRAÇA.CHAFARIZ.LAGO-PE-2024 - 01 de 02


 ECA-FUN-PRAÇA.CHAFARIZ.LAGO-PE-2024 - 02 de 02


ESTRUTURA METÁLICA


 ECA-ÁREA.SOMBRA.CONJUNTO.2.BANCOS.LAGO-PE-2024


 ECA-ÁREA.SOMBRA.CONJUNTO.3.BANCOS.+ .BANCOS ÚNICOS.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.01.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.02.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.03.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.05.LAGO-PE-2024

 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.06.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.09.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-ÁREA.SOMBRA.10.LAGO-PE-2024


 EMT-FUN-PORTAL.GRANDE.LAGO-PE-2024

 EMT-FUN-PORTAL.MÉDIO.LAGO-PE-2024


FAIXA ELEVADA – RAMPA E ESCADA

 ECA-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-RV00-01


 ECA-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-RV00-02

 ECA-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-RV00-03


MURETA BARRAGEM


 ECA-MURETA-PE-2025-RV00-P01_assinado


MURO DE ARRIMO – ÁREA DE SOMBRA 10

 EST-MUROS-ALV.EST-A.S.10.-PE-2024-RV00-01_assinado


MURO PALITO E ALAMBRADO


 ECA-CERCA-ALAMBRADO-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024-RV00_assinado


 ECA-MUROPALITO-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-RV00


 EMT-PORT-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024-RV00_assinado


PASSARELA

 EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-P01


 EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-P02


 EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-P03

 EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-P04


 EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-P05


TOTENS


 EMT-TOTEM-PE-2024-RV00-P01


 EMT-TOTEM-PE-2024-RV00-P02

9 – MOBILIÁRIO


 MOB-TER.VERDE.BANCO1-PE-2024-RV00-P01


 MOB-TER.VERDE.BANCO2-PE-2024-RV00-P01


 MOB-TER.VERDE.BANCO3-PE-2024-RV00-P01


 MOB-TER.VERDE.LIXEIRO-PE-2025-RV01-P01


10 – MOVIMENTAÇÃO DE TERRA


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P01_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P02_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P03_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P04_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P05_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P06_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P07_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P08_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P09_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P10_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P11_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P12_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P13_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P14_assinado


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P15_assinado

 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P16_assinado

 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P17_assinado

 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P18_assinado

 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P19_assinado





















 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P20_assinado

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES


 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P21_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P22_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P23_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P24_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P25_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P26_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P27_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P28_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P29_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P30_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P31_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P32_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P33_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P34_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P35_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P36_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P37_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P38_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P39_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P40_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P41_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P42_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P43_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P44_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P45_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P46_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P47_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P48_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P49_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P50_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P51_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P52_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P53_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P54_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P55_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P56_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P57_assinado

 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P58_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P59_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P60_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P61_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P62_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P63_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P64_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P65_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P66_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P67_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P68_assinado
 GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P69_assinado

11 – PAVIMENTAÇÃO CICLOVIA

 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P01_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P02_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P03_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P04_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P05_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P06_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P07_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P08_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P09_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P10_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P11_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P12_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P13_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P14_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P15_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P16_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P17_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P18_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P19_assinado
 PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P20_assinado



















PRAÇA DAS LUZES

 PAV-PRACA.LUZ-PE-2024-RV00-01_assinado

12 – REVEGETAÇÃO









-  PRANCHA_01-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_29_assinado
-  PRANCHA_02-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_29_assinado
-  PRANCHA_03-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_29_assinado
-  PRANCHA_04-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_29_assinado
-  PRANCHA_05-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_29_assinado
-  PRANCHA_06-06-REVEG-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024_assinado

13 – RUA JACAREZINHO










-  BASE-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  DEM-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  DEM-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P02_assinado
-  DMT-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  DRE-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  DRE-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P02_assinado
-  DRE-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P03_assinado
-  ECA-MUROPALITO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  LOC-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  MF-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  PAV-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  PAV-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P02_assinado
-  SIN.PROV-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  SIN-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  SIN-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P02_assinado
-  TER-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado
-  TER-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P02_assinado
-  TOPO-RUA.JACAREZINHO-PE-2025-RV00-P01_assinado

14 – SINALIZAÇÃO




-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P01_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P02_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P03_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P04_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P05_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P06_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P07_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P08_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P09_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P10_assinado

 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P11_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P12_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P13_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P14_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P15_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P16_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P17_assinado
 SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P18_assinado



15 – SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA

 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P01_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P02_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P03_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P04_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P05_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P06_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P07_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P08_assinado
 SPR-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-P09_assinado



16 – CHAFARIZ ROTATÓRIA PROJETO ARQUITETONICO

 PRANCHA_01-03-ROT.CHAFARIZ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024_assinado
 PRANCHA_02-03-ROT.CHAFARIZ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024_assinado
 PRANCHA_03-03-ROT.CHAFARIZ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024_assinado





PROJETO HIDRAULICO









 HID-CHAFARIZ.LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-P01_assinado
 HID-CHAFARIZ.LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV00-P02_assinado

2 – APROVAÇÃO






 CascavelPR.certidao_projeto_aprovado_v2.html_1747074294388
 CascavelPR.prancha_certidao_projeto_aprovado_wk_v2.html_1747075732390

3 – ARTs













 ARQ-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-RRT
 ART Projeto Lago Reflorestamento_Karen
 DEM.TER.PAV.SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-ART
 DRE-ECA-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-ART

-  ECA.PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-ART
-  ELE-LAGO MUNICIPAL-PE-2024-ART
-  EMT.ECA-LAGO.PASSARELA-PE-2023-ART-FELIPEM
-  EMT-ECA-FUN-ÁREA.SOMBRA.01.LAGO-PE-2024-ART
-  MOB.EMT-TERR.VERDE-PE-2024-ART-FELIPEM
-  ORC-LAGO MUNICIPAL-PE-2025-ART
-  ROT.CHAFARIZ-LAGO_MUNICIPAL-PE-2024-RRT
-  RRT Jaime Lerner Arquitetos Associados


4 – LICÊNCIAS AMBIENTAIS

-  ANUÊNCIA DO EXÉRCITO
-  Autorizacao SINAFLO - 2024-02-28T165814.565
-  LICENÇA AMBIENTAL TERRITÓRIO VERDE
-  PARECER CONCLUSIVO TERRITÓRIO VERDE
-  PRAD_PISTA_CAMINHADA_LAGO_29_assinado





5 – ORÇAMENTO

-  ORC-LAGO MUNICIPAL-PE-2025-EMP
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-ABC
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-ABCI
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-BDI
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-BDID
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-COMP
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-COT
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-DES
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-ENS
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-PO
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-POA
-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-RES

6 – CRONOGRAMA



-  ORC-LAGO_MUNICIPAL-PE-2025-CRO

7 – MEMORIAIS DESCRITIVOS

-  ARQ-LAGO.MUNICIPAL-PE-2025-RV00-MDE_assinado
-  DEM-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-MDE_assinado
-  ECA-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-MCA
-  ECA-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-MDE

-  ELE-LAGOMUNICIPAL-PE-2024-RV00-MDE
-  EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-MCA
-  EMT-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-MDE
-  ESP_TECNICA_-_BRITA_GRADUADA_assinado
-  ESP_TECNICA_-_CONCRETO_BETUMINOSO_USINADO_A_QUENTE_-_CBUQ_assinado
-  ESP_TECNICA_-_DEMOLICAO_DE_PAVIMENTOS_assinado
-  ESP_TECNICA_-_IMPRIMACAO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_MACADAME_SECO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_MEIO_FIO_DE_CONCRETO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_PINTURA_DE_LIGACAO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_REGULARIZACAO_E_COMPACTACAO_DE_SUBLEITO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_SINALIZACAO_VERTICAL_assinado
-  ESP_TECNICA_-_TERMOPLASTICO_ASPERSAO_assinado
-  ESP_TECNICA_-_TERMOPLASTICO_EXTRUSAO_assinado
-  FUN-LAGO.PASSARELA-PE-2023-RV00-MCA
-  GEO-TER-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-MDE_assinado
-  MEMORIA_DE_CALCULO_-_RUA_JACAREZINHO_assinado
-  MEMORIAL DESCRITIVO SINTÉTICO - ÁREAS DE SOMBRA
-  MEMORIAL DESCRITIVO SINTÉTICO - PORTAIS E TOTENS
-  MEMORIAL DESCRITIVO_-_RUA_JACAREZINHO_assinado
-  PAV-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-MDE_assinado
-  SIN-LAGO.MUNICIPAL-PE-2024-RV01-MDE_assinado

8 – SONDAGEM

-  MAPA SONDAGEM TERRITÓRIO
-  Relatório parcial Território Verde

**RESOLUÇÃO Nº75/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 22 de abril de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município
EDSON
ZOREK:027565169
02

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.04.23 14:29:41
-03'00'



MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 6007/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI, POR INTERMÉDIO
DO MUNICÍPIO DE CASCATEL E
.....

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, **Sr. Renato Silva**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1 residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *Concorrência nº .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Estruturação do Território Verde e Requalificação do Parque Paulo Gorski**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE
1		UND	01

VALOR TOTAL:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais *anexos dos documentos supracitados*.

1.4. *O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.*

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **22 (vinte e dois) meses**, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público,

2.4. Nos casos em que essa prorrogação automática for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

RISCO 03		
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação <input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	
3.1	Descumprimento contratual por parte da empresa: O serviço não será prestado conforme necessidades das edificações, prejudicando assim as ações preventivas e corretivas, impossibilitando assim o pronto atendimento por parte da Administração das demandas constatadas pela equipe técnica.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
3.2	Fiscalizar pontualmente cada ação da contratada com relação a execução do objeto	GESTORES E FISCAL (OBRA E CONTRATO)
Id	Ação de Contingência	Responsável
3.3	Advertir e se necessário penalizar a empresa o quanto antes para que os prejuízos sejam evitados.	GESTORES E FISCAL (OBRA E CONTRATO)

RISCO 03		
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação <input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	
4.1	Equilíbrio Econômico-Financeiro: Diante de um quadro de imprevisibilidade ou consequências incalculáveis e de grande impacto e risco na relação contratual.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
RISCO 03		
4.2	Acompanhar a execução do contrato, verificar sinais que possam afetar o mercado de materiais e mão de obra para os serviços contratados. Solicitar à empresa documentos comprobatórios quando ocorrer alguma alteração que cause impacto financeiro.	GESTORES E FISCAL (OBRA E CONTRATO)
Id	Ação de Contingência	Responsável
4.3	Após avaliação e verificação de reais alterações econômico financeiras, conceder reequilíbrio financeiro a empresa.	GESTORES E FISCAL (OBRA E CONTRATO) / SECRETÁRIO DE FINANÇAS / SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Consequência	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsável
1	Atraso na execução da obra	Condições climáticas adversas; falhas de planejamento; baixa produtividade	Prorrogação de prazo; aumento de custos; insatisfação da população	Média	Alto	Cronograma físico-financeiro vinculante; monitoramento periódico; cláusulas contratuais de penalidade	Fiscalização da obra
3	Qualidade inferior dos serviços	Uso de materiais inadequados; mão de obra não qualificada	Risco de retrabalho; comprometimento da durabilidade da obra	Baixa	Alto	Exigência de responsável técnico habilitado (CREA/CAU); fiscalização contínua; diário de obras	Empresa contratada + Fiscalização
6	Conflitos com usuários do parque	Interdição de áreas sem aviso; ruídos excessivos	Reclamações; desgaste da imagem da Administração	Média	Médio	Sinalização provisória; rotas alternativas; comunicação prévia	Secretaria + Empresa
8	Alterações não autorizadas nos projetos	Decisões unilaterais da contratada	Desconformidade técnica; riscos estruturais	Baixa	Alto	Proibição expressa em contrato; autorização prévia da fiscalização e autores do projeto	Fiscalização da obra

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Consequência	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsável
3	Qualidade inferior dos serviços	Uso de materiais inadequados; mão de obra não qualificada	Risco de retrabalho; comprometimento da durabilidade da obra	Baixa	Alto	Exigência de responsável técnico habilitado (CREA/CAU); fiscalização contínua; diário de obras	Empresa contratada + Fiscalização
4	Impactos ambientais negativos	Supressão vegetal além do previsto; descarte irregular de resíduos	Multas ambientais; danos à biodiversidade; imagem negativa	Média	Alto	PGRCC obrigatório; barreiras de proteção; recomposição vegetal; monitoramento ambiental	Empresa contratada
5	Acidentes de trabalho	Falta de EPI; ausência de treinamentos	Interrupção da obra; responsabilização civil/criminal	Média	Alto	Cumprimento da NR's; fornecimento de EPI; treinamentos periódicos	Empresa contratada
6	Conflitos com usuários do parque	Interdição de áreas sem aviso; ruídos excessivos	Reclamações; desgaste da imagem da Administração	Média	Médio	Sinalização provisória; rotas alternativas; comunicação prévia	Secretaria + Empresa

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições dispostas no item 4.2 do Termo de Referência e 16 do Termo de Justificativa Técnica Relevante.

4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de 05 (cinco) dias para regularização;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.6.5 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 *O orçamento estimado pela Administração baseou-se na planilha referencial SINAPI 09/2025.*

7.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção - INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.2 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)); e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.41.1 Cópia autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.41.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e [Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014](#), e legislação correlata;

9.41.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.42.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2 Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.42.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos

materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. *Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de 2026.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-